

ECONOMIA

Quando o Brasil **CRESCER...**

Economia - Brasil

APESAR DE CONTROLADA, A DÍVIDA PÚBLICA CONTINUA ALTA E AS VARIAÇÕES DE PREÇOS PRECISAM SER VIGIADAS

TEMAS ESQUECIDOS
VOLTAM A
INCOMODARRICARDO ALLAN
DA EQUIPE DO CORREIO

O renascimento econômico que o Brasil experimenta nos últimos anos permitiu a retirada de alguns problemas graves das preocupações mais imediatas do governo. Temores de uma nova crise da dívida ou do ressurgimento da hiperinflação, doenças agudas contra as quais o país lutou nos anos 80, estão por hora afastados. Analistas ressaltam, porém, que não é hora de relaxar. Embora sob controle e dentro das metas, a alta no custo de vida não está sepultada. De vez em quando, dá sinais, como ocorre no atual repique. A dívida pública diminuiu um pouco, mas continua muito alta e pode voltar a crescer na esteira do comportamento fiscal leniente do governo, que aumenta gastos num ritmo de 12% ao ano.

O Correio continua a série de reportagens sobre o bom momento econômico brasileiro, analisando alguns dos indicadores que melhoraram nos últimos anos, mas ainda merecem a atenção do governo. "Parafraseando uma sentença famosa, o preço da estabilidade é a eterna vigilância. Nenhum governo, muito menos o atual, pode relaxar no firme controle da política econômica. A estabilidade nunca é uma conquista completa, ao contrário do que alguns nomes do governo querem fazer crer. Ela é sempre provisória e precária. Precisa ser confirmada todos os dias por políticas sérias e consistentes", afirma Maílson da Nóbrega, sócio-diretor da consultoria Tendências.

Nos anos 1980, diversos pacotes de medidas heterodoxas tentaram vencer a inflação crescente, maior preocupação da política econômica da época. Depois de um pico mensal de 83%, quando Maílson estava à frente do Ministério da Fazenda, no governo José Sarney (1985-1989), ela subiu ou baixou por força da aplicação de teorias que usavam os brasileiros como cobaias. Depois do Plano Real, a última tentativa de estabilização, a inflação cedeu, com a moeda nacional atrelada ao dólar. Caiu de 22,41% em 1995 para 1,65% em 1998, alcançando nível de país desenvolvido. Com o ataque especulativo ao real, o governo teve que abandonar a âncora cambial em 1999 e a inflação pulou para 8,94%.

A inflação chegou a 12,53% em 2002, quando a desconfiança dos investidores quanto aos planos do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva elevou o dólar a quase R\$ 4. De lá para cá, com a política monetária apertada do Banco Central (BC), ela voltou a se comportar, mantendo-se dentro da meta de 4,5%. O maior indicio de que a guerra contra a inflação ainda não está vencida, apesar dos avanços, é a própria conduta do BC, que não baixa a guarda. Depois de cortar os juros por dois anos, diminuindo a taxa básica (Selic) de 19,75% ao ano para 11,25%, o BC suspendeu a medida por temer os efeitos inflacionários do aquecimento econômico, da crise financeira internacional e do aumento dos gastos governamentais.

"A economia brasileira está muito mais aberta, o que impede aumentos descontrolados de preços. Mas a inflação ainda pode subir por crises externas ou choques de oferta, principalmente de alimentos. O governo não tem controle sobre isso. Então, é melhor agir com cautela", alerta Carlos Thadeu Filho, do Grupo de Conjuntura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O economista Márcio Holland, coordenador da pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo, destaca a "convergência" da inflação a níveis compatíveis com o de países mais desenvolvidos. "É uma mudança fantástica, que

não pode ser jogada fora. Eventuais pressões localizadas não podem comprometer esse avanço", diz.

Sector externo

Para Carlos Thadeu Filho, a dívida pública ainda está alta, mas nada que lembre a crise dos anos 80, quando o país foi obrigado a decretar a moratória dos pagamentos externos. Depois de um pico de 52,36% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2003, a dívida líquida do setor público vem caindo seguidamente e deve fechar 2007 em 43,7%. Mesmo com o fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), os planos do governo são de manter o superávit primário (economia no orçamento para pagar juros) em 3,8% do PIB, o que deve permitir uma dívida abaixo de 40% em 2010. "A trajetória continua declinante, mas o tamanho do débito público ainda é muito grande e preocupante", diz.

Apesar do discurso oficial, os analistas de mercado desconfiam da promessa de Lula de manter o equilíbrio fiscal. Desde que Guido Mantega substituiu Antônio Palocci no Ministério da Fazenda, há quase dois anos, os gastos do governo vêm crescendo. Neste ano, as despesas estão subindo a um ritmo de 12,5%. Em consequência de uma política de contratações e aumentos salariais, a folha de pagamentos do funcionalismo inflou, atingindo 4,47% do PIB neste ano. As despesas totais do Tesouro Nacional vêm aumentando continuamente desde 2003, chegando a 9,81% do PIB. Além disso, o governo ainda não sabe como compensar as perdas de R\$ 40 bilhões com o fim da CPMF. Ou seja, o cenário fiscal inspira cuidados.

Em contraposição, se há uma área em que o governo não encontra problemas de curto prazo é a externa. Com o real forte, um notável resultado comercial e o refinanciamento da dívida externa, o desempenho externo é o destaque da política econômica. "Com reservas internacionais de quase US\$ 180 bilhões, as vulnerabilidades estão bem contornadas. A dívida externa praticamente desapareceu e as transações correntes estão em equilíbrio", afirma o economista da UFRJ. O estoque da dívida externa líquida chegou a ser de 32,7% do PIB em 2002, baixando aos saltos até atingir 0,3% em novembro. Depois de um déficit de 4,32% do PIB em 1999, as transações correntes passaram a ter superávit a partir de 2003.

Revolução mental

"O Brasil parece ter encontrado um caminho de mudanças estruturais. Vamos entrar em 2008 com muitos dos problemas antigos sob controle. Coisas como o crescimento do mercado de consumo são a ponta do iceberg. O país está se preparando para crescer de forma mais saudável", assegura Márcio Holland. Para Maílson da Nóbrega, o Brasil passa por uma "revolução mental", cujos elementos são: abertura da economia, intolerância com a inflação, evolução das instituições políticas e econômicas, fim das medidas heterodoxas, câmbio flutuante, previsibilidade da política monetária e consenso sobre a necessidade de orçamentos ajustados. "O governo não pode mais fazer o que quer. Se fizer coisas erradas, será punido pelos mercados. Isso ajuda a manter as coisas no caminho certo", afirma.

AMEAÇAS LATENTES

O ritmo de crescimento dos preços e o endividamento do governo diminuiram, mas ainda preocupa

